



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

2º TRIMESTRE DE 2021

IFSULDEMINAS – Campus Passos

Coordenadoria Orçamentária, Financeira e Contábil

Setor Financeiro e Contábil

Telefone: (35)3529-4882



INSTITUTO FEDERAL
Sul de Minas Gerais

Equipe

João Paulo de Toledo Gomes
Diretor

Flávio Donizete de Oliveira
Diretoria de Administração e Planejamento

Helen Rodrigues Simões
Coordenação Orçamentária, Financeira e Contábil

Equipe de elaboração - Campus Passos

Marco Antônio Ferreira Severino
Contador

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	3
1. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS	4
1.1 Consolidação das demonstrações contábeis	5
1.2 Conta Única do Governo Federal	6
1.3 Ajustes de Exercícios Anteriores	6
1.4 Recursos orçamentários x Recursos financeiros	6
1.5 Restos a Pagar	7
2. RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS	9
3. NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL – BP	16
3.1 Imobilizado	16
3.2 Bens Móveis	17
3.3 - Bens Imóveis - Imobilizado	19
3.4 Intangível	22
3.5 Obrigações Contratuais	24
3.6 Fornecedores e Contas a Pagar	26
3.7 Patrimônio Líquido	28

APRESENTAÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, instituição criada nos termos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, doravante denominada IFSULDEMINAS, vinculado ao Ministério da Educação, possui natureza jurídica de autarquia, sendo detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático pedagógica e disciplinar.

O IFSULDEMINAS - Campus Passos fica situado na Rua da Penha, 290, Penha II, CEP 37.903-070.

O Campus Passos é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com sua prática pedagógica.

1. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis do IFSULDEMINAS - Campus Passos, são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto - Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP - 8ª Edição) e o Manual SIAFI.

As Demonstrações Contábeis são elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), e tem como objetivo principal fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a situação econômico-financeira da entidade, quais sejam: a sua situação patrimonial, o seu desempenho e os seus fluxos de caixa, em determinado período ou exercício financeiro.

As estruturas e a composição das DCON estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP). Dessa forma, as DCON são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); e
- VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), exige que todas as receitas e as despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, sejam controladas em um único caixa. Dessa forma, no BF, os saldos oriundos do exercício anterior e os destinados ao exercício seguinte estão concentrados no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa.

1.1 Consolidação das demonstrações contábeis

A União, administração centralizada do Governo Federal, adota a metodologia de Consolidação das Demonstrações Contábeis, no momento da escrituração contábil, por meio dos critérios de compensação e de exclusão de itens das demonstrações que compensam ou eliminam, respectivamente, as transações realizadas entre as entidades que compõem o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social - OFSS, ente econômico denominado União, e do qual o IFSULDEMINAS faz parte.

No Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP, essas operações são realizadas a partir da identificação das contas contábeis que possuem o quinto nível igual a [2] – Intra – OFSS. As regras de compensação são aplicadas às demonstrações: BP; BF; DVP; e DFC. Na DMPL, apesar de serem exibidos os valores consolidados nos grupos que compõem o patrimônio líquido, não são aplicadas regras de consolidação.

Em relação à consolidação do BF e da DFC, faz-se necessário um especial destaque em relação aos saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa quando comparados os saldos dessas demonstrações com os apresentados no BP. Os saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa do BF e da DFC são apresentados sem consolidação, enquanto que no BP ocorre a apresentação do valor consolidado, isto é, com a compensação entre ativos e passivos de quinto nível 2 – Intra.

Isso decorre da dificuldade de segregação dos fluxos exibidos no BF e na DFC, em relação às operações de natureza “Intra”, visto que a lógica de consolidação do modelo PCASP é de saldo de contas e não de fluxos financeiros.

1.2 Conta Única do Governo Federal

Outro aspecto relevante associado às práticas e políticas contábeis, refere-se à execução financeira, tanto no IFSULDEMINAS - Campus Passos, quanto nos demais órgãos públicos federais. Por força do Decreto nº 93.872/1986, todas as receitas e despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, isto é, todos os recebimentos e pagamentos são realizados e controlados em um caixa único, derivado do princípio da unidade de tesouraria, denominado **Conta Única**, mantida no Banco Central do Brasil e gerenciada pela Secretaria do Tesouro Nacional.

1.3 Ajustes de Exercícios Anteriores

Há que se ressaltar também a prática contábil utilizada que se denomina Ajustes de Exercícios Anteriores. Esses ajustes compõem a linha de Resultados Acumulados do BP (também composta pelo Resultado do Exercício e pelos Resultados de Exercícios anteriores), que recebem registros tanto positivos quanto diminutivos que afetam diretamente o Patrimônio Líquido do órgão, isto é, sem transitar pelas contas de resultado, por se referir a exercícios encerrados. Cabe destacar que as contas de Ajustes de Exercícios Anteriores têm a finalidade de registrar os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

1.4 Recursos orçamentários x Recursos financeiros

Na Contabilidade Pública, recursos orçamentários e recursos financeiros são figuras distintas.

O “orçamento público é o instrumento pelo qual o governo estima as receitas e fixa as despesas para poder controlar as finanças públicas e executar as ações governamentais”. (<http://www.transparencia.gov.br/glossario/>).

Os recursos financeiros decorrem da arrecadação das receitas (tributos) pelos entes públicos. A estimativa das receitas e das despesas é feita com base no comportamento da arrecadação ocorrida em exercícios anteriores. A previsão e a utilização de recursos públicos dependem de autorização legislativa, isto é, de uma lei, a denominada Lei Orçamentária Anual (LOA).

Para maior entendimento, “pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual (LOA). Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando atender a realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento. A execução orçamentária está atrelada à execução financeira e vice-versa, pois havendo orçamento e não existindo o financeiro, não poderá ocorrer a despesa e por outro lado, pode haver recurso financeiro que não poderá ser gasto, caso não haja disponibilidade orçamentária”. (<http://www.conass.org.br>)

Assim, mesmo estando a despesa fixada no orçamento, a sua execução está condicionada à arrecadação das receitas no decorrer do exercício financeiro. Havendo frustração na arrecadação das receitas, o governo precisa conter a execução orçamentária, ou seja, reduzir a emissão de empenhos (créditos orçamentários). A “despesa pública é a aplicação (em dinheiro) de recursos do Estado para custear os serviços de ordem pública ou para investir no próprio desenvolvimento econômico do Estado. É o compromisso de gastos dos recursos públicos, autorizados pelo Poder competente, com o fim de atender a uma necessidade da coletividade prevista no orçamento”. (<http://www.transparencia.gov.br/glossario>)

1.5 Restos a Pagar

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, os Restos a Pagar correspondem às despesas empenhadas, mas que não foram pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro correspondente, por não ter havido a entrega, em tempo hábil, dos produtos adquiridos ou da prestação integral dos serviços.

No encerramento de cada exercício financeiro, essas despesas devem ser registradas contabilmente como obrigações a pagar do exercício seguinte (“resíduos passivos”); e serão financiadas à conta de recursos arrecadados durante o exercício financeiro em que ocorreu a emissão do empenho. (<http://portal.tcu.gov.br/>).

Portanto, Restos a Pagar, referem-se a dívidas resultantes de compromissos gerados em exercícios financeiros anteriores àquele em que deveria ocorrer o pagamento.

2. RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do IFSULDEMINAS tendo em consideração as opções e premissas do modelo PCASP.

a) Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional do IFSULDEMINAS é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

A única exceção se refere aos saldos iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa, no BF e na DFC, que utilizam a taxa vigente no dia 31 de dezembro do exercício anterior.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

c) Créditos a Curto Prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (I) créditos não tributários; (II) dívida ativa; (III) transferências concedidas; (IV) empréstimos e financiamentos concedidos; (V) adiantamentos; e (VI) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros. O ajuste para perdas, calculado com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber ainda não foram iniciados por todos os órgãos vinculados ao MEC.

d) Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do órgão. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

e) Estoques

Compreendem as mercadorias que compõem o almoxarifado. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado.

Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

f) Ativo Realizável a Longo Prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (I) créditos não tributários; (II) dívida ativa; (III) empréstimos e financiamentos concedidos; (IV) investimentos temporários; e (V) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: (I) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (II) nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

g) Investimentos

São compostos por participações permanentes avaliadas pelo Método da Equivalência Patrimonial - MEP na entidade controladora (União) e pelo Método do Custo.

As participações permanentes representam os investimentos realizados pela União em empresas, consórcios públicos e fundos. Quando há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo MEP. Quando não há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método de custo, sendo reconhecidas as perdas prováveis apuradas em avaliações periódicas.

As propriedades para investimento compreendem os bens imóveis mantidos com fins de renda e/ou ganho de capital, que não são usados nas operações e que não serão vendidos em curto prazo. As entidades que compõem a União têm utilizado dois critérios para mensuração e avaliação desses bens: (I) valor justo; e (II) custo depreciado. No âmbito do IFSULDEMINAS, não há essa categoria de investimentos.

h) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

i) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens imóveis do IFSULDEMINAS, é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

O cálculo referente à depreciação de Bens Imóveis de Uso Especial é realizada pela Secretaria de Patrimônio da União - SPU/MPOG, em atendimento à Instrução Normativa SPU nº 1, de 02.12.2014, que dispõe sobre as diretrizes de avaliação dos imóveis da União ou de seu interesse, bem como define os parâmetros técnicos de avaliação para cobrança em razão de sua utilização; e à Portaria Conjunta STN/SPU nº 703, de 10.12.2014, que dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União é registrado no SIAFI pela CCONT/STN.

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis do IFSULDEMINAS é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da aquisição

x = vida útil transcorrida da aquisição

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

j) Passivos Circulantes e Não Circulantes

As obrigações do IFSULDEMINAS são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (I) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (II) empréstimos e financiamentos; (III) fornecedores e contas a pagar; (IV) obrigações fiscais; (V) obrigações de repartições a outros entes; (VI) provisões; e (VII) demais obrigações.

l) Provisões

Provisões são obrigações presentes, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços, e que possuem prazo ou valor incerto.

As provisões estão segregadas em seis categorias: (I) riscos trabalhistas; (II) riscos fiscais; (III) riscos cíveis; (IV) repartição de créditos tributários; (V) provisões matemáticas; e (VI) outras.

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimativa confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis.

As provisões referentes às ações judiciais, nas quais o IFSULDEMINAS figura diretamente no polo passivo, estão em conformidade com a Portaria AGU nº 40, de 10 de fevereiro de 2015, combinada com a Portaria Conjunta STN/PGF, nº 8 de 30 de dezembro de 2015.

m) Ativos e Passivos Contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas. Ativo contingente é um ativo possível resultante de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob o controle da entidade.

n) Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário; e
- III. Financeiro.

(n.1) Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o IFSULDEMINAS e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPDs são reconhecidas quando for provável que ocorreram decréscimos nos benefícios econômicos para o IFSULDEMINAS, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

(n.2) Resultado orçamentário

O regime orçamentário do IFSULDEMINAS segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

(n.3) Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do IFSULDEMINAS. No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do IFSULDEMINAS, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3. NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL – BP

O Balanço Patrimonial, previsto no art. 105 da Lei 4.320/64, evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas que representam o patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle), como as contas de obrigações contratuais (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 8ª Edição, 2020).

Os ativos e passivos são conceituados e segregados em circulante e não circulante. As contas do ativo devem ser dispostas em ordem decrescente de grau de conversibilidade. As contas do passivo, em ordem decrescente de grau de exigibilidade.

As notas do BP foram elaboradas em consonância com as orientações e os relatórios/consultas criadas e disponibilizadas no Tesouro Gerencial (TG) pela CCONT/STN.

A seguir, são detalhados os itens mais relevantes ao demonstrativo.

3.1 Imobilizado

Cabe destacar que as informações relativas à depreciação dos bens móveis, todas as Unidades Gestoras do IFSULDEMINAS iniciaram o cálculo e registro, utilizando taxas de depreciação condizentes com a tabela de vida útil padrão da STN e CCONT e com os procedimentos indicados na macrofunção 020330. O controle é realizado pelo Sistema Unificado de Administração Pública - SUAP.

No segundo trimestre de 2021 o Campus Passos, apresentou um saldo de R\$ 31.252.983,61 (trinta e um milhões, duzentos e cinquenta e dois mil, novecentos e oitenta e três reais e sessenta e um centavos) relacionados ao imobilizado (deduzido da depreciação e da redução ao valor recuperável), conforme demonstrado na tabela adiante.

Tabela 01 – Imobilizado – Composição.

	R\$ 1,00		
	30/06/2021	31/12/2020	AH%
Bens Móveis			
(+) Valor Bruto Contábil	8.077.571,63	8.013.342,52	0,80
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-4.223.464,99	-3.922.724,02	7,67
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	-
(=) Valor Líquido	3.854.106,64	4.090.618,50	-5,78
Bens Imóveis			
(+) Valor Bruto Contábil	27.455.109,52	27.455.109,52	0,00
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-56.232,55	-50.687,83	10,94
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	-
(=) Valor Líquido	27.398.876,97	27.404.421,69	-0,02
Total	31.252.983,61	31.495.040,19	-0,77

Fonte: SIAFI, TG, 2021.

De acordo com a Portaria n.º 232, de 2 de junho de 2020, que trata do Sistema Integrado de Gestão Patrimonial – SIADS no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica, fundacional e empresas públicas dependentes do Poder Executivo Federal, o IFSULDEMINAS por meio da Pró-Reitoria de Administração, está realizando todos os esforços para o atendimento da implantação do sistema em apreço no prazo estabelecido no art. 7º, inciso II, desta Portaria.

Vale ressaltar que se encontra em andamento o processo de implantação do Sistema de Gestão Patrimonial – SIADS. Os trabalhos de implantação e migração no IFSULDEMINAS poderão ser consultados no seguinte endereço:

<https://portal.ifsuldeminas.edu.br/index.php/ultimas-noticias-ifsuldeminas/64-noticias-da-proa-d/4279-siads>

3.2 Bens Móveis

Os bens móveis do IFSULDEMINAS - Campus Passos, em 30/06/2021 apresentou um total bruto de R\$ 8.077.571,63 (oito milhões, setenta e sete mil e quinhentos e setenta e um reais e sessenta e três centavos), distribuídos conforme detalhado na tabela a seguir:

Tabela 02 – Bens Móveis – Composição

	R\$ 1,00			
	30/06/2021	31/12/2020	AH(%)	AV(%) 2º Trimestre
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	1.678.987,56	1.648.248,57	1,86	43,56
Bens de Informática	1.739.054,52	1.717.933,65	1,23	45,12
Móveis e Utensílios	2.728.005,59	2.726.666,69	0,05	70,78
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	1.062.914,59	1.062.914,59	-	27,58
Veículos	777.960,52	777.960,52	-	20,19
Bens Móveis em Andamento	15.643,35	0,00	-	0,41
Armamentos	0,00	0,00	-	-
Semoventes e Equipamentos de Montaria	0,00	0,00	-	-
Demais Bens Móveis	75.005,50	79.618,50	-5,79	1,95
(-) Depreciação / Amortização Acumulada	-4.223.464,99	-3.922.724,02	7,67	-109,58
(-) Redução ao Valor Recuperável	0,00	0,00	-	-
Total Líquido	3.854.106,64	4.090.618,50	-5,78	100

Fonte: SIAFI, TG, 2021.

Na conta “Demais Bens Móveis” encontra-se uma subconta denominada “ Bens Móveis a Classificar”. No IFSULDEMINAS é utilizado o Cartão Pesquisador, para servidores contemplados com auxílios financeiros para o desenvolvimento de projetos de pesquisa e inovação. Assim, justifica-se a baixa e diminuição de do saldo na conta 12.311.99.08 Bens Móveis a Classificar, referente a projetos de pesquisas dentro do prazo de vigência. À medida em que as prestações de contas são apresentadas e os bens doados pelo pesquisador, a contabilidade realiza as devidas reclassificações. Finalizando o projeto, todos os bens patrimoniais, equipamentos e materiais permanentes, bem como materiais de consumo não utilizados e adquiridos com os recursos da pesquisa, serão de propriedade do IFSULDEMINAS.

O saldo na conta “Bens Móveis em Andamento” no valor de R\$ 15.643,35 é referente ao contrato com a FADEMA - Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Extensão, Pesquisa, Ensino Profissionalizante e Tecnológico - que ao decorrer da realização dos projetos terão bens de capital envolvidos. Ao final dos projetos serão emitidos os termos de doações e o saldo da conta será desmembrado aos bens móveis de acordo com a sua natureza.

3.3 - Bens Imóveis - Imobilizado

Os Bens Imóveis do IFSULDEMINAS – Campus Passos em 30/06/2021 totalizam R\$ 27.398,876,97 (vinte e sete milhões, trezentos e noventa e oito mil, oitocentos e setenta e seis reais e noventa e sete centavos). Os bens utilizados pelos órgãos da administração direta, autárquica e fundacional são cadastrados no SPIUnet e são classificados como de Uso Especial, que se destinam ao funcionamento. Quanto à depreciação, o cálculo é realizado no SPIUnet pela SPU/MPDG e repassado à STN para registro no Siafi.

No IFSULDEMINAS, a gestão dos bens imóveis é registrada no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet). Esse sistema tem como objetivo manter o controle sobre os imóveis, as utilizações e os usuários, emitir relatórios gerenciais interligados com o Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), o que automatiza os lançamentos contábeis e facilita a elaboração do Balanço Patrimonial da União.

A atualização dos valores é feita exclusivamente pelo SPIUnet, que aciona, automaticamente e em tempo real, o lançamento dos valores no SIAFI.

Tabela 03 - Bens Imóveis – Composição.

R\$ 1,00

	30/06/2021	31/12/2020	AH(%)	AV(%) 30/06/2021
Bens de Uso Especial	27.455.109,52	27.455.109,52	0,00	100,21
Bens de Uso Comum do Povo	0,00	0,00	-	-
Bens Dominicais	0,00	0,00	-	-
Bens Imóveis em Andamento	0,00	0,00	-	-
Instalações	0,00	0,00	-	-
Demais Bens Imóveis	0,00	0,00	-	-
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	0,00	0,00	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável	0,00	0,00	-	-
(-) Depreciação / Amortização Acumulada	-56.232,55	-50.687,83	10,94	-0,21
TOTAL LÍQUIDO	27.398.876,97	27.404.421,69	-0,02	100

Fonte: SIAFI, TG, 2021.

Tabela 04 - Bens de Uso Especial – Composição

R\$ 1,00

	30/06/2021	31/12/2020	AH(%)	AV(%) 30/06/2021
Fazendas, Parques e Reservas	0,00	0,00	-	-
Terrenos, Glebas	0,00	0,00	-	-
Imóveis de Uso Educacional	16.634.037,07	16.634.037,07	-	60,59
Autarquias / Fundações	10.821.072,45	10.821.072,45	-	39,41
Edifícios	0,00	0,00	-	-
Imóveis Residenciais e Comerciais	0,00	0,00	-	-
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	0,00	0,00	-	-
Total	27.455.109,52	27.455.109,52	-	100

Fonte: SIAFI, TG, 2021

*No total dos bens de uso especial computam-se os registrados e os não registrados/cadastrados no SPIUnet.

(a) Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão no IFSULDEMINAS tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

(a.1) *Depreciação, amortização ou exaustão dos bens móveis*

A base de cálculo para a depreciação, amortização e exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação a ser utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra, a depreciação dos bens móveis será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização.

Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês forem relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

(a.2) Reavaliação dos bens imóveis

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014 os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoração, desabamento, arruinamento, dentre outros.

Os valores são atualizados sistematicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

No IFSULDEMINAS, a gestão dos bens imóveis é registrada no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet). Esse sistema tem como objetivo manter o controle sobre os imóveis, as utilizações e os usuários, emitir relatórios gerenciais interligados com o Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), o que automatiza os lançamentos contábeis e facilita a elaboração do Balanço Patrimonial da União.

A atualização dos valores é feita exclusivamente pelo SPIUnet, que aciona, automaticamente e em tempo real, o lançamento dos valores no SIAFI.

Para avaliar um imóvel, precisa-se ter em mãos informações oficiais sobre o valor do terreno e o valor das benfeitorias, em separado.

A atualização dos dados das informações do RIP toma por base o Laudo de Avaliação emitido pelos Engenheiros da Reitoria.

(a.3) Ajustes de Exercícios Anteriores realizados em contrapartida no Imobilizado

São considerados os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, devendo ser reconhecidos à conta do patrimônio líquido.

Será reavaliado a cada intervalo de quatro anos; e ou, anualmente, para as contas ou grupo de contas cujos valores de mercado variam significativamente em relação aos valores anteriormente registrados. Para proceder a reavaliação foram formadas comissões de servidores que elaboram laudos de avaliação dos bens móveis. Efetuamos a princípio a reavaliação dos bens que contabilmente já estão em fase avançada de depreciação, sendo estes, os itens que estão com mais de 50% de seu valor depreciado.

3.4 Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Os ativos intangíveis podem ser classificados em duas categorias: com vida útil definida e com vida útil indefinida. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados.

Os ativos intangíveis adquiridos pelo Campus Passos – foram mensurados com base no valor de aquisição e encontram-se devidamente registrados no balanço patrimonial do órgão.

Em relação aos ativos intangíveis gerados internamente e intangíveis obtidos a título gratuito, o órgão está ciente desta demanda e já iniciou o processo de análise para reconhecimento, mensuração e evidenciação destes.

Em 30/06/2021, o IFSULDEMINAS – Campus Passos, apresentou um saldo de R\$ 287.931,82 (duzentos e oitenta e sete mil, novecentos e trinta e um reais e oitenta e dois centavos) relacionados ao intangível.

Na tabela a seguir, é apresentada sinteticamente a composição do Subgrupo Intangível, para os exercícios de 2021 e 2020.

Tabela 05 – Intangível – Composição.

R\$ 1,00

INTANGÍVEIS	30/06/2021	31/12/2020	AH(%)	AV(%)
Software com Vida Útil Definida	0,00	0,00	-	-
Software com Vida Útil Indefinida	287.931,82	287.931,82	-	100
Marcas Direitos e Patentes - Vida Útil Definida	0,00	0,00	-	-
Marcas Direitos e Patentes – Vida Útil Indefinida	0,00	0,00	-	-
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Determinado	0,00	0,00	-	-
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Indeterminado	0,00	0,00	-	-
Amortização Acumulada	0,00	0,00	-	-
Redução ao Valor Recuperável de Intangível	0,00	0,00	-	-
Total	287.931,82	287.931,82	-	100

Fonte: SIAFI, TG, 2020 e 2021.

O grupo intangível é composto integralmente por Softwares com Vida Útil Indefinida, os quais estão detalhados na tabela abaixo:

Quadro 01 – Intangível Valores Relevantes

UG	FORNECEDOR	OBJETO	VALOR
154810	Audaces Automação e Informática Indl Ltda	Audaces Digiflash Plus	24.600,00
154810	Audaces Automação e Informática Indl Ltda	Audaces Vestuário	34.400,00
154810	Edacom Tecnologia em Sist. de Informática Ltda	Software Comercial	3.132,00
154810	RR Software Produção Publicitária	Software Comercial	2.599,80
154810	Systemch Informática Office 2016	Software Comercial	987,00
154810	Solo Network Brasil Ltda/Eng.Com.Computadores Ltda	Software Comercial	78.129,92
154810	Solo Network Brasil Ltda/Eng.Com.Computadores Ltda	Software Comercial	86.166,35
154810	Solo Network Brasil Ltda/Buysoft Ltda/Totalsoft	Software Comercial	12.600,00
154810	Totalsoft Comércio e Serviços em Informática	Software Comercial	19.980,00
154810	Solo Network Brasil Ltda/Buysoft Ltda/Totalsoft	Software Comercial	10.291,75
154810	Solo Network Brasil Ltda/Buysoft Ltda/Totalsoft	Software Comercial	13.320,00
154810	Software ASC Timetable 2019 Premium	Software Comercial	1.725,00

Fonte: SIAFI, TG, 2021

3.5 Obrigações Contratuais

Em 30/06/2021, O IFSULDEMINAS - Campus Passos, apresentou um saldo de R\$ 1.314.620,01 referente a parcelas de Contratos em Execução no exercício de 2021 a serem executadas ao decorrer do exercício. A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Tabela 06 – Obrigações Contratuais – Composição.

	30/06/2021	31/12/2020	AH (%)	AV(%) 2021
Aluguéis	-	-	-	-
Fornecimento de Bens	66.106,25	108.577,07	-39,12	5,03
Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-
Seguros	-	-	-	-
Serviços	1.248.513,76	1.657.573,09	-24,68	94,97
Demais	-	-	-	-
Total	1.314.620,01	1.766.150,16	-25,57	100

Fonte: SIAFI 2020, 2021.

A maioria das obrigações contratuais está relacionada a Contratos de Serviços que representam cerca de 94,97% do total das obrigações assumidas pelo IFSULDEMINAS - Campus Passos ao final de 30/06/2021.

Na tabela apresentada a seguir, relaciona-se os três contratados (serviços) mais relevantes e o saldo a executar, na data base de 30/06/2021.

Tabela 07 – Obrigações Contratuais – Por Contratado.

	30/06/2021	AV (%)
Contratado A - VANDERLI DE SOUZA RAMOS - ME	462.827,76	37,07
Contratado B – MÁXIMA SERVIÇOS E OBRAS EIRELI	291.147,53	23,32
Contratado C – ATRATIVA SERVICE LTDA -ME	137.625,86	11,02
Demais	356.912,61	28,59
Total	1.248.513,76	100

Fonte: SIAFI, 2021.

Em relação aos contratados A, B e C, eles representam 71,41% do total a serem executados. A seguir é apresentado o resumo das principais transações:

(a) Contratado A: Contratação de serviço de refeitório do campus, por intermédio do pregão eletrônico nº 05/2019 e do Contrato 19/2019, vigência teve início na data de 14/02/2020, prorrogável na forma do art. 57, parágrafo 1º, da lei nº 8.666/93, conforme termo aditivo 1/2020, com vigência de 14/02/2021 a 14/02/2022;

(b) Contratado B: Contratação de serviços continuados de vigia (diurno e noturno), de zelador e de auxiliar de escritório, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, para atendimento das necessidades do IFSULDEMINAS - Campus Passos, pregão eletrônico nº 04/2019 e contrato nº 21/2019, o prazo de vigência teve início na data de 02/01/2020, prorrogado conforme termo aditivo 3/2020, com vigência de 02/01/2021 a 02/01/2022; e

(c) **Contratado C:** Contratação de serviço de limpeza e conservação do campus por intermédio do Pregão 03/2018 e do Contrato 15/2018, prorrogado conforme termo aditivo 2/2020, com vigência de 14/09/2020 a 14/09/2021.

3.6 Fornecedores e Contas a Pagar

Em 30/06/2021, o Instituto Federal do Sul de Minas - IFSULDEMINAS - Campus Passos/MG apresentou um saldo em aberto de R\$37.770,71 relacionados com fornecedores e contas a pagar a curto prazo.

A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, entre fornecedores nacionais e estrangeiros e entre circulante e não circulante.

Tabela 08 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição.

	30/06/2021	31/12/2020	AH (%)
Circulante	37.770,71	0,00	100
Nacionais	37.770,71	0,00	100
Estrangeiros	0,00	0,00	-
Não Circulante	0,00	0,00	-
Nacionais	0,00	0,00	-
Estrangeiros	0,00	0,00	-
Total	37.770,71	0,00	100

Fonte: SIAFI 2021, 2020.

Em 30/06/2021, o IFSULDEMINAS - Campus Passos apresentou um saldo na conta de Fornecedores e Contas a Pagar de R\$37.770,71, referente aos Fornecedores Nacionais e está relacionado a Obrigações a Curto Prazo.

Sendo assim, a variação apresentada no período, uma parcela significativa representa as liquidações dos empenhos realizadas ao decorrer do primeiro trimestre, cujo pagamento das obrigações depende de liberação financeira da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – SPO, sendo que no final do exercício de 2020 todas as liquidações realizadas tinham sido pagas.

Na tabela apresentada a seguir, relaciona-se às três obrigações mais relevantes que compõem o saldo em aberto da conta, na data base de 30/06/2021.

Tabela 09 – Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo – Por Fornecedor.

	30/06/2021	AV (%)
A - APAFORT - 17.365.543/0001-05	21.202,02	56,13
B - FADEMA - 03.049.886/0001-56	7.139,00	18,90
C - VANDERLI DE SOUZA RAMOS - 65.325.235/0001-07	5.603,42	14,84
Demais	3.826,27	10,13
Total	37.770,71	100

Fonte: SIAFI 2021.

Em relação aos fornecedores A, B e C, eles representam 50,80 % do total a ser pago. A seguir é apresentado o resumo das principais transações:

Fornecedor A: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar (PNAE) para o IFSULDEMINAS - Campus Passos;

Fornecedor B: Contratação de serviços da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento e Ensino de Machado - FADEMA para execução de projetos nas dependências do IFSULDEMINAS - Campus Passos; e

Fornecedor C: Contratação de serviços para o fornecimento de refeições diárias aos discentes do IFSULDEMINAS - Campus Passos.

3.7 Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido do IFSULDEMINAS - Campus Passos representa 99,74% do total do passivo da instituição e está composto da seguinte forma, conforme dispõe a tabela 10.

Tabela 10 – Resultado Patrimonial

	R\$1,00		
Resultados	30/06/2021	31/12/2020	AH(%)
Resultado do exercício	-240.613,13	-8.844,70	2.620,42
Resultado de exercícios anteriores	31.937.470,14	31.948.609,83	-0,03
Ajustes de exercícios anteriores	-343,24	-2.294,99	-85,04
(=) Resultados Acumulados	31.696.513,77	31.937.470,14	-0,75

Fonte: SIAFI 2021, 2020.

Nota-se que, em 30/06/2021, o “Patrimônio Líquido” do IFSULDEMINAS apresentou uma redução de 0,75%, quando comparado com o saldo apresentado em 31/12/2020. Um dos fatores que contribuíram para esta redução foi a movimentação da conta do resultado do exercício do período que teve origens diversas, contendo ajustes de devedores e credores, como lançamentos para regularização de fatos relativos ao exercício.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2021	PERÍODO SEGUNDO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSÃO 14/07/2021	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	154810 - IFSULDEMINAS - CAMPUS PASSOS
ORGAO SUPERIOR	26412 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUL DE MG

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ATIVO CIRCULANTE	237.151,53	160.198,13	PASSIVO CIRCULANTE	81.553,19	5.700,00
Caixa e Equivalentes de Caixa	89.541,33	88.346,78	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	-	-
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	37.770,71	-
Estoques	52.810,11	57.037,11	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	94.800,09	14.814,24	Provisões a Curto Prazo	-	-
			Demais Obrigações a Curto Prazo	43.782,48	5.700,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	31.540.915,43	31.782.972,01	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Resultado Diferido	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	81.553,19	5.700,00
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	ESPECIFICAÇÃO		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-		2021	2020
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Reservas de Capital	-	-
Imobilizado	31.252.983,61	31.495.040,19	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Bens Móveis	3.854.106,64	4.090.618,50	Reservas de Lucros	-	-
Bens Móveis	8.077.571,63	8.013.342,52	Demais Reservas	-	-
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-4.223.464,99	-3.922.724,02	Resultados Acumulados	31.696.513,77	31.937.470,14
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Resultado do Exercício	-240.613,13	-8.844,70
Bens Imóveis	27.398.876,97	27.404.421,69	Resultados de Exercícios Anteriores	31.937.470,14	31.948.609,83
Bens Imóveis	27.455.109,52	27.455.109,52	Ajustes de Exercícios Anteriores	-343,24	-2.294,99
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-56.232,55	-50.687,83	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31.696.513,77	31.937.470,14
Intangível	287.931,82	287.931,82			
Softwares	287.931,82	287.931,82			
Softwares	287.931,82	287.931,82			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2021	PERÍODO SEGUNDO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSÃO 14/07/2021	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	154810 - IFSULDEMINAS - CAMPUS PASSOS
ORGAO SUPERIOR	26412 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUL DE MG

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	31.778.066,96	31.943.170,14	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31.778.066,96	31.943.170,14

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ATIVO FINANCEIRO	89.541,33	88.346,78	PASSIVO FINANCEIRO	631.808,64	1.595.822,31
ATIVO PERMANENTE	31.688.525,63	31.854.823,36	PASSIVO PERMANENTE	4.200,00	4.200,00
			SALDO PATRIMONIAL	31.142.058,32	30.343.147,83

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	-	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	1.314.620,01	1.766.150,16
Atos Potenciais Ativos	-	-	Atos Potenciais Passivos	1.314.620,01	1.766.150,16
Garantias e Contragarantias Recebidas	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos C	-	-
Direitos Contratuais	-	-	Obrigações Contratuais	1.314.620,01	1.766.150,16
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	-	-	TOTAL	1.314.620,01	1.766.150,16

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-285.612,41
Recursos Vinculados	-256.654,90
Educação	-103.833,27
Previdência Social (RPPS)	-
Dívida Pública	-232.574,41
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Prog	79.752,78
TOTAL	-542.267,31